



PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA

Gabinete da Procuradora-Geral da República

Nota para a Comunicação Social

Operação “Aquiles” – medidas de coação

Ao abrigo do disposto no art.º 86.º, n.º 13, alínea b) do Código de Processo Penal, a Procuradoria-Geral da República torna público o seguinte:

Na sequência das detenções efectuadas no âmbito da designada Operação “Aquiles”, 15 arguidos foram presentes ao juiz do Tribunal Central de Instrução Criminal.

Após promoção do Ministério Público, o juiz decidiu aplicar:

- a 9 dos arguidos, entre os quais dois elementos da PJ e um militar da GNR, a medida de coação de prisão preventiva;
- os restantes 6 arguidos ficam sujeitos a apresentações periódicas no órgão de polícia criminal mais próximo das respectivas residências, à proibição de ausência do território nacional e também à proibição de contactos, designadamente com os restantes arguidos do processo.

Este inquérito, que corre termos no Departamento Central de Investigação Penal (DCIAP), tem 17 arguidos constituídos.

Em causa estão suspeitas da prática dos crimes de corrupção ativa e passiva, tráfico de estupefacientes agravado, associação criminosa e branqueamento.

No inquérito investigam-se associações criminosas que importariam cocaína proveniente da Colômbia, normalmente por via marítima e/ou aérea, produto que se destinaria a ser vendido em Portugal ou enviado para os outros países europeus, designadamente Espanha.

As referidas associações criminosas teriam o apoio de dois elementos da Polícia Judiciária (PJ), um deles actualmente na situação de reforma e outro ainda no activo.

Esse apoio traduzir-se-ia no fornecimento ilegítimo de informações acerca de investigações de crimes de tráfico de estupefacientes em curso, com a contrapartida de pagamentos, efectuados pelos traficantes envolvidos, aos elementos da PJ.

Um destes elementos da PJ contaria ainda, no âmbito desta atividade, com o auxílio de um militar da GNR.

No âmbito da Operação “Aquiles” desencadeada a 5 de abril foram realizadas cerca de 100 buscas domiciliárias e não domiciliárias em vários pontos do país, designadamente nas zonas da Grande Lisboa e do Grande Porto, em Setúbal, Torres Vedras e Braga. Foram também apreendidos veículos, equipamentos informáticos, dinheiro, saldos de contas bancárias, outros valores e diversa documentação, bem como droga.

Nesta operação estiveram envolvidos três magistrados do Ministério Público, um magistrado judicial e mais de 300 elementos da Polícia Judiciária. Participaram igualmente, no âmbito de cooperação internacional solicitada, magistrados da Audiência Nacional de Espanha e elementos do Cuerpo Nacional de Policia.

Neste inquérito, o Ministério Público é coadjuvado pela Unidade Nacional de Combate à Corrupção da PJ.

Lisboa, 13 de abril de 2016

O Gabinete de Imprensa